

# **Industrialização de pescado no município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX\***

César Augusto Avila Martins\*\*  
Marco Antônio Gama Renner\*\*\*

## **Resumo**

O setor pesqueiro no Brasil é escassamente analisado do ponto de vista de suas relações econômicas e políticas com base na formação social. Há uma hegemonia de interpretações sobre a pesca como atividade extrativa praticada com instrumentos simples e baseada em conhecimentos ancestrais. O texto analisa o setor pesqueiro a partir da gênese e das transformações da industrialização no sul do Rio Grande do Sul na lógica combinada e contraditória entre os ritmos de reprodução natural, representado pelas espécies que se tornaram matérias-primas e os ritmos sociais hegemônicos pelas empresas e as regulações estatais.

**Palavras-chave:** Indústria; Pesca; Rio Grande.

Industrialization of fishery in Rio Grande, RS, Brazil: from its origin to the end of the 20th century

## **Abstract**

The fishery sector in Brazil has been poorly analyzed in terms of its economic and political relations based on social development.

---

\* O texto é parte das pesquisas de pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona como bolsista BEX-CAPES (2012-2013), de financiamento da chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES nº12/2012.

\*\* Bolsista produtividade CNPq; Universidade Federal do Rio Grande/ICHI (cavilamartins@yahoo.com.br).

\*\*\* Graduado e mestre em Geografia na FURG (marenner@ibest.com.br).

However, it has been widely interpreted as an extractive activity which has been carried out with simple tools, based on ancestral knowledge. This text aims at analyzing the origin of the fishery sector and changes which have happened in its industrialization in southern Rio Grande do Sul in the light of the combined and contradictory logics of the cycles of natural reproduction – represented by species that have become raw material – and cycles social ones, which have been reproduced not only by companies but also by state regulations.

**Key words:** Industry; Fishery; Rio Grande.

## **Introdução**

A produção brasileira de pescado historicamente assentada na composição de técnicas indígenas com aportes dos imigrantes europeus e escravos, garantia e garante a composição de parte da alimentação de diferentes populações e durante décadas preparou homens para as forças navais. Do ponto de vista de suas relações econômicas e sociais foi pouco estudada e na última década tem sido objeto de pesquisadores de diferentes formações. Para consolidar a afirmativa, pode-se tomar como base o portal do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com a chamada de “pesca e pescadores” há 642 teses e dissertações enquanto “campo”, tem 71.809 trabalhos e “cidade” 43.481 estudos em todas as áreas do conhecimento. A produção também é menor quando comparada a temas mais recentes: a chamada “turismo” com 3.690 resultados.

A literatura sobre atividade industrial pesqueira como um momento da reprodução do capitalismo no Brasil também é relativamente escassa quando comparada, por exemplo, aos estudos sobre a indústria química, mecânica ou automobilística. No banco de teses da CAPES, a indústria da pesca possui 195

MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. *Industralização de pescado no ...*  
trabalhos, a química, 3.681, a mecânica, 2.943 e a automobilística, 813<sup>1</sup>.

No contexto da produção relativamente escassa, há pelo menos dois campos significativos que matizam os estudos sobre a atividade pesqueira, especialmente como atividade extrativa. Uma parte está ligada as perspectivas que entendem que os ritmos naturais de reprodução das diferentes espécies passíveis de capturas seriam as chaves para a reprodução econômica da atividade pesqueira. Baseadas ou derivadas de estudos sobre os balanços biológicos que indicam possíveis capacidades de reposição de determinados estoques ao longo do tempo, essas abordagens tendem a analisar a atividade como uma produtora de valores de uso para determinadas populações e abstraem que os diferentes pescados constituem mais uma mercadoria nos últimos séculos, sendo *commodities* e objeto de pesquisas para a exponencialização da aqüicultura. Seu entendimento separa as técnicas das relações de produção e das forças produtivas, idealizando alguns agentes do setor como atores que apenas desempenham papéis ou como sujeitos que dotados de determinados comportamentos e práticas poderiam ser adestrados para melhorar suas eficácias. A linguagem é bordada com expressões para demonstrar sistemas que deveriam ser auto-reguláveis como *inputs* e *outputs* ou regrados nos consensos dos *experts*. Mormente realizadas com meticulosas metodologias e ferramentas das ciências da natureza, estão centradas nos objetos das pescarias e consideram irracionais determinadas racionalidades diferentes de certos corolários, mas são operacionais para aqueles pescam e vivem as condições objetivas das contradições da Economia Política.

Uma segunda tendência é baseada no entendimento que aquelas formas de produção que utilizam instrumentos simples de trabalho e conhecimentos ancestrais para as capturas,

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>. Acessado em dezembro de 2013.

prioritariamente movidos pela energia dos pescadores, por vezes combinando outras estratégias de obtenção de ingressos monetários como o assalariamento eventual dentro e fora das unidades produtivas, representam no presente um passado que oferecia melhores condições de vida. Estes pescadores são por vezes considerados como resistentes as transformações do presente e seriam portadores de virtudes para o futuro em aproximação com determinadas leituras dos movimentos sociais. Em comum com a primeira perspectiva, está a busca de equilíbrios e a utilização de vocabulários que pretendem normatizar os padrões de comportamento da natureza e da sociedade, abstraindo a essência conflitiva das relações sociais entre os agentes sociais e as forças produtivas em cada formação econômica e social ao longo tempo. Daí, dotados do que consideram boas intenções, se apresentam como descobridores dos “usos comuns” e cultivam posições que chegam a ilusões salvacionistas. Por fim ambas estão deslocadas das determinações e não dos determinismos da atividade pesqueira como uma pequena produção mercantil como componente das crises e ascensões no modo de produção capitalista em cada formação social.

No contexto de hegemonia temporária das duas concepções, o artigo apresentará o processo de reorganização do setor industrial de pescado no município do Rio Grande no sul do Rio Grande do Sul (RS) à luz de três variáveis: a formação econômica e social do município, as políticas de Estado e as oscilações das capturas com um dos elementos fundantes da atividade industrial ocorrido até a década de 1990 centrado nos processos de reestruturação atingiram os marcos regulatórios das relações entre as empresas, dessas com o Estado e com o mundo do trabalho <sup>2</sup>. Na contramão das concepções hegemônicas, acompanha-se a sabedoria de uma senhora portuguesa que é considerada politicamente inadequada

---

<sup>2</sup> O texto não analisará a produção de pescado cultivado que saltou de 0,5 % da produção nacional de pescado em 1994 para 18,9% em 1999 e 37,9% em 2010.

MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. *Industralização de pescado no ...*

em tempos de naturalização das relações sociais ao ver as redes cheias de pescado: “viva o homem e morra o peixe” (BRANDÃO, 1924, p. 125).

### **Anotações sobre a gênese do município do Rio Grande e do parque industrial pesqueiro**

O processo de composição do parque industrial pesqueiro localizado em Rio Grande está relacionado a formação econômica e social brasileira. Na Geografia como em outras ciências, ocorreram e ocorrem períodos de hegemonias temporárias de determinados conceitos em função de algumas conjunturas políticas e acadêmicas que fazem com que determinados campos da disciplina tenham maior visibilidade. Assim, ocorreu e ocorre com conceitos como região, paisagem, espaço, ou território, ora ligados aos estudos econômicos, ora aos culturais ou as ciências da natureza. Evitado o debate da ascensão e o ocaso de determinados conceitos bem como das conseqüências acadêmicas e políticas, entende-se a formação econômica e social como um conceito que é a manifestação e condição do funcionamento do modo de produção capitalista. Na formação econômica e social, há regras e especificidades que se viabilizam e dão viabilidade ao modo de produção. A operacionalidade está nas ligações entre as especificidades das diferentes sociedades organizadas ao longo da História que se viabilizam produzindo determinadas relações internas e externas com as dinâmicas da natureza, “pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1982, p. 9-10).

A análise das condições concretas de reprodução social é dada pelas inscrições das sociedades no mundo. A inscrição é a partir de cada formação social que ao se apropriar material e não materialmente das diversas condições naturais, estabelece projetos e traços que as diferenciam e ligam ao sistema mundial. Portanto, é na formação social brasileira que está inscrita a atividade estudada.

O recorte temático são as empresas de industrialização de pescado localizadas em Rio Grande, onde o local é um dos “momentos que são simples frações de uma variável em seu todo, ou seja, se constitui na totalidade, isto é, no estado-nação” (SANTOS, 1982, p.29). Ou seja, a análise é de uma atividade específica, a industrialização de pescado, dependente de uma matéria-prima extraída dos cursos de água nos regramentos estatais e realizada por agentes, como pescadores, industriais e trabalhadores fabris em um local: o Rio Grande, município no sul do RS cercado pelas águas da Laguna dos Patos e do litoral adjacente com 110 espécies que ao serem pescadas podem ser matéria-prima para as indústrias de pesca (CHAO *et al*, 1982).

A posição de apresentar algumas breves notas deve-se a constatação de Diegues (1983) e Martins (2006) que não existem estudos sistemáticos sobre a indústria da pesca no Brasil. Arrisque-se a afirmar que se tratando de um objeto com menor visibilidade na escala nacional, o padrão se repete na escala regional, posto o significado das pesquisas sobre as contradições da produção social no campo e nas aglomerações urbanas hegemônica pelo setor terciário e secundário no RS.

Rio Grande, é um dos municípios de relevo no concerto estadual, com posição de destaque em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita*, oscilando historicamente entre os dez melhores colocados no *ranking* da unidade federada. O município, com 206.161 moradores, polariza economicamente com Pelotas (341.180 habitantes), ampla parcela do sul do estado.

O município forjado nas disputas coloniais, esta marcado pelas concepções e materializações do poder estatal, desde as fortificações do século XVIII e pela presença de efetivo militares e de controle fazendário até a formação da principal área portuária do sul do Brasil.

A transição da monarquia para a república e do regime de trabalho escravagista para o trabalho livre no último quartel do século XIX é o pano de fundo da transformação da economia gaúcha até então alicerçada na produção pastoril, ao sul e em um

conjunto de atividades diversificadas com a formação das primeiras indústrias e ascensão da pequena produção mercantil nas áreas coloniais no norte do estado. Se as condições de acesso ao porto eram marcadas pelos ritmos da natureza que dificultavam a entrada e saída de embarcações, as inovações do setor naval como o uso generalizado do aço e do carvão, indicavam a urgência de obras de regularização e aprofundamento do canal de acesso, bem como da substituição dos trapiches por cais de atracação. Após longas e complexas negociações, na década de 1910, as obras de construção dos molhes da barra e de um sistema de cais de atração permitiram a inserção do Porto do Rio Grande na rota comercial de grandes agentes portuários.

No município do Rio Grande no começo do século XX, somam-se as marcas da opulência da vida de alguns comerciantes de importação e exportação, as instalações das fábricas da gênese da industrialização gaúcha como a Rheingantz (têxtil, 1873), a Cunha Amaral (alimentos, 1876), a Ítalo-Brasileira (têxtil, 1896), a Leal Santos (alimentos, 1889) e a Poock (charutos, 1891). A construção de infraestruturas esta materializada, por exemplo, na construção da Hidráulica em 1879 e na ligação ferroviária com a Campanha gaúcha na década de 1880. As moradias dos “capitães de fábrica” na cidade e na Vila Siqueira (atual Balneário do Cassino) não eram distantes da área portuária que será conhecida como “Porto Velho” e formaram o mosaico da paisagem urbana com as construções religiosas e estatais (como o prédio da Alfândega), com as novas instalações portuárias nos aterros de baixios e com as áreas ocupadas por populações de baixa renda nos cortiços e habitações precárias no centro, nos areais e nos alagadiços. A ação do poder municipal faz-se representar como na abertura de uma nova cidade, o bairro “Cidade Nova”, para além dos limites da “Cidade Velha” que surge como proposição entre 1860/70 e nos mapas em 1904 e na expansão horizontal do município (SALVATORI, 1989; MARTINS, 2007).

A localização geográfica do município tornou-se uma das determinações para a estruturação social e está sujeita a

implantação de projetos que conectam a escala local as outras escalas. Desse modo, a partir das primeiras décadas do século XX são implantados investimentos internacionais, como o frigorífico *Swift* (década de 1910), de capitais nacionais associados como a Refinaria Petróleo Ipiranga (na década de 1930 e atual Refinaria Riograndense) e reforçado o aparato estatal de gestão e controle como a criação em 1951 do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC), como uma autarquia que englobou os serviços concedidos, entre eles o Porto do Rio Grande.

A consolidação do espaço nacional a partir da década de 1950 coordenada pela hegemonia da aliança dos capitais que articulavam os setores industriais e bancários com as políticas de Estado visava alavancar a afirmação da sociedade urbano-industrial no Brasil, consolidando o papel periférico do país no contexto da bipolarização econômica, política e militar advinda da vitória dos aliados na 2<sup>o</sup> Guerra Mundial. Com os percalços dos projetos de desenvolvimento com base nacional, afirmou-se a industrialização e a urbanização com a redefinição das funções articuladas das economias locais e regionais em todo o país (RANGEL, 1968). O processo nacional e regional, confirmou a tendência das décadas anteriores com a conformação da hegemonia estadual nas proximidades de Porto Alegre. Em Rio Grande, uma das marcas é o fechamento de empreendimentos que não tinham escala e escopo para a concorrência com a eliminação dos impostos entre as unidades federadas e a aceleração dos fluxos com as melhorias nas redes de transporte e comunicações. O ciclo se completa com o fechamento do frigorífico da *Swift* em função do esgotamento do período das isenções estatais, da reorganização do mercado mundial e da empresa após a segunda guerra e das exigências do grupo econômico para o governo estadual e da Italo-Brasileira, envolvida na reorganização da estrutura industrial têxtil nacional comandada por grupos como a Hering e Buttner (MAMIGONIAN, 1965).

A partir do começo dos anos de 1960 a localização do Rio Grande auxiliou a alavancagem de dois setores industriais: o

pesqueiro e o de fertilizantes. O primeiro, possuía uma base fabril e de trabalhadores e o Decreto-Lei (DL) 221-67 do governo federal objetivava transformar a pesca em uma indústria de base. A riqueza biológica do Estuário e do litoral adjacente é somada as possibilidades de realizar capturas com embarcações industriais nas águas meridionais do Oceano Atlântico. A combinação de políticas estatais, com uma base empresarial, de trabalhadores da pesca e das fábricas com as melhorias nas condições de transporte e conservação do pescado, produziram em Rio Grande até o começo dos anos de 1990, um complexo industrial de importância nacional (MARTINS, 2006). Esta característica pode ser mensurada tomando por base o ano de 1980. Martins (1997) baseado em CIRG (1980), demonstra que entre os cerca de 146.000 habitantes do Rio Grande, aproximadamente 17.000, trabalhavam em fábricas de pescado, sendo 12.000 na condição de trabalhadores eventuais ou temporários. Atualmente há cerca de 1.600 trabalhadores no seto. O segundo setor (o de fertilizantes), articulou o projeto de modernização da agricultura com a elevação do patamar tecnológico e a criação de empresários rurais. Rio Grande, tornou-se um ponto de uma rede mundial de fluxos onde são reestruturadas e/ou instaladas modernas fábricas que utilizam matéria-prima importada e também terminais de grãos para receber a produção e realizar a exportação com condições de competitividade internacional.

A década de 1980, para Rio Grande ainda com as marcas do choque do petróleo da década de 1970, é um período de consolidação das grandes obras advindas do II Plano Nacional de Desenvolvimento que reforçam os investimentos na área portuária e prepara algumas condições para os futuros investimentos (DOMINGUES, 1995). Para o setor pesqueiro um dos problemas é a proibição da pesca em águas uruguaias e argentinas e maior preço combustível em relação aos concorrentes platinos. Também, houve a federalização da Fundação Universidade do Rio Grande, atual FURG que possuía uma base de pesquisa oceanográfica e a

instalação do Comando do 5º Distrito Naval, transferido de Florianópolis, reforçando a condição geográfica do município.

As políticas de ajuste fiscal da década de 1990, atingiram diretamente a estrutura econômica instalada em Rio Grande: o número de trabalhadores formais caiu de cerca de 38.000 em 1994 para aproximadamente 33mil em 1998 segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No conjunto, desde a década de 1970, havia índices preocupantes de comprometimento da qualidade das águas que contornam o município com doze áreas comprometidas quanto a qualidade ambiental (NIENCHESKI *et al*, 1980; ALMEIDA *et al*, 1993).

O reaquecimento da economia brasileira a partir da metade da primeira década do século XXI, foi acompanhada por iniciativas de planejamento e de ações do Estado brasileiro para romper alguns gargalos do desenvolvimento. Entre as ações está o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que entre outros processos propõem a reativação da indústria de construção naval e dos sistemas de engenharia responsáveis pelas articulações com diferentes mercados.

Em Rio Grande, os períodos de crescimento lento, de desestruturação de algumas atividades e o fracasso das políticas habitacionais públicas, empurraram parcelas da população riograndina de baixa renda para a ocupação de áreas sem uso. Estas parcelas somaram-se aos moradores de áreas limítrofes aos corpos de água que tinham na atividade pesqueira uma fonte primordial de sobrevivência. A reativação de capacidades ociosas e a ativação de empreendimentos, desvela um conjunto de conflitos que fazem parte da lógica do desenvolvimento das forças produtivas. Na memória dos riograndinos estão os apitos das fábricas, as greves operárias do começo do século XX, a constituição de vilas e bairros pela ocupação sem formalização como a Vila dos Cedros e nas remoções forçadas de moradores para áreas distantes do centro e sem equipamentos de uso coletivo (OLIVEIRA, 2010). Na gênese do município estão as marcas de um passado recente em

que a dinâmica natural foi transformada em riqueza pelo trabalho dos pescadores, dos industriais e dos trabalhadores das fábricas.

O peixe destaca-se como matéria-prima principal, porém algumas fábricas processavam também crustáceos, moluscos e vegetais. Com a dinâmica natural, encontram-se os pescadores com suas técnicas para o trabalho, os empreendedores de diferentes origens étnicas e sociais que se transformaram em industriais do pescado e trabalhadores, especialmente mulheres, dispostos a enfrentar as difíceis condições de trabalho e as baixas remunerações nas fábricas.

## **A gênese da indústria de pescado no município do Rio Grande**

A pesquisa não obteve elementos para produzir uma história da indústria da pesca em Rio Grande, mas há referenciais que permitem, realizar movimentos de análise regressiva para sintetizar sua estruturação com dois momentos de sua constituição até a reorganização na década de 1990. O primeiro, a partir do último quartel do século XIX, quando imigrantes portugueses, portadores de capitais e saberes vinculados à pesca, organizaram as primeiras parselhas de pesca e as unidades de industrialização. O segundo momento, com os resultados das políticas estatais iniciadas com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e consolidadas pelo DL 221/67 e encerrada com as reestruturações a partir da década de 1990.

### **Da gênese a ascensão do parque industrial pesqueiro riograndino**

Há alguns registros da disponibilidade de pescado desde o período colonial no litoral gaúcho. Por exemplo, no relato de um dos comandantes da esquadra de Martim Afonso de Sousa em 1531: "Aqui achei um rio grande, ao longo dele tudo arvoredo, o mais formoso que nunca vi (...) só com pescado sem outra coisa se podiam manter" (MIRCO, 1987, p. 33). Ou em uma carta do

substituto do Brigadeiro José da Silva Paes em 1737: “(...)aqui há muita carne, muito peixe, muito pato (...) para que V.M. veja a sua fertilidade sendo tudo areia medi uma cana de milho e achei 22 palmos [4,84 m], pesou-se um linguado tinha 19 libras [6,480 Kg-]”(FORTES, 1980, p.73/74).

O menor significado da pesca na economia nacional está nos registros de pequenas exportações e das importações, sobretudo de bacalhau. Sodré (1976) demonstra que entre 1839 e 1844, a pauta de importações do Brasil era hegemonizada pelas manufaturas têxteis (51,6 %) e alimentos (21 %): o bacalhau, era o 10º produto numa pauta de 25 produtos importados.

Apesar disto estão registradas exportações de peixes e camarões secos entre 1901 e 1905 pelos portos do Rio de Janeiro, Manaus, Belém, São Luiz, São Francisco do Sul, Florianópolis e Rio Grande para a Europa e América do Sul<sup>3</sup>. Ou seja, havia excedentes e técnicas simples de processamento que permitiam compor a balança comercial brasileira.

Uma das razões da quase invisibilidade das atividades pesqueiras, está nos principais registros disponibilizados do começo do século XX que priorizavam os produtos da base agro-exportadora como açúcar, café e algodão e dos abates de animais para o consumo interno. Os primeiros buscavam o equilíbrio da balança comercial, e os segundos, abasteciam as cidades com uma proteína que se deslocava andando e abria um leque de possibilidades com o aproveitamento do couro e outras partes dos animais. Ambos asseguravam o poder das oligarquias e travavam o desenvolvimento do país. Uma segunda razão está na adoção tardia de técnicas e equipamentos para a segurança dos pescadores e maior escala nas capturas, como registrado no fracasso de uma empresa que em 1903, que utilizou pioneiramente a embarcação

---

<sup>3</sup> Os dados gerais sobre a atividade pesqueira são dos Anuários Estatísticos do Brasil de diversos anos.

“Anie” para pescar fora da baía da Guanabara (SILVA, 1907)<sup>4</sup>. O barco tinha capacidade de transportar 25 toneladas de pescado, número superior a capacidade média das embarcações no país em 1960 que era de 0,826 toneladas. A pesquisa não identificou material empírico para explicar o fracasso do empreendimento com o “Anie” que aparece como pioneiro, pois é somente a partir da década de 1910 que pescadores portugueses e espanhóis introduziram embarcações e artes de pesca com maior capacidade de captura (BERNARDES, 1950; SOEIRO DE BRITO, 1961).

Na base da explicação estão as condições tropicais da maior parte das águas do país que produzem uma diversidade de espécies, com número reduzido de indivíduos em cada estoques de pescados. Assim, a adoção de técnicas para o aumento das escalas de produção não encontram condições semelhantes das águas temperadas. Por fim, as rígidas normas de controle sobre o sal durante séculos, a escassez e a inconstância da energia elétrica e a baixa densidade e eficiência das redes de transporte, criaram gargalos para a consolidação de uma indústria de pescado num país de dimensões continentais, posto sua alta perecibilidade.

No Rio Grande do Sul, no último quartel do século XIX, imigrantes lusos colocam a pesca como uma atividade definitivamente mercantil demonstrando a riqueza das águas próximas, pois é possível que sejam os responsáveis pela introdução de embarcações maiores e com melhores condições de navegação que eram utilizadas para transporte e também a pesca. Nas primeiras décadas do século XX talvez sejam os responsáveis pelas experiências para a adaptação de motores nas embarcações,

---

<sup>4</sup> No começo do século XXI a pesca era considerada a profissão mais perigosa do mundo pela Organização Mundial do Trabalho (OIT). No Brasil há estudos que procuram analisar a história do trabalho dos pescadores, :SILVA, Luis G. (org.). *Pescadores na História do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988; CARDOSO, E.S. *Pescadores, trabalho e Geografia: uma aproximação de escalas, modalidades e embates presentes no trabalho pela águas*. Terra Livre, v.2, n.33, 2009, p. 31-46.

substituindo gradativamente as velas e remos<sup>5</sup>. Em 1958, a frota de embarcações fechadas com motor no estado era de 150 unidades (29,88%), a segunda nacional, após a de São Paulo com 213 barcos com as mesmas características (42,43% do total nacional).

Os dados disponíveis sobre as exportações de pescado pelo porto do Rio Grande revelam sua pequena importância em relação aos produtos da pecuária. Porém, no final século XIX, houve o incremento das exportações de pescado para o Nordeste brasileiro e em Rio Grande “fundaram-se duas fábricas de conservas” (VARELLA, 1897, p. 449).

Entre os imigrantes lusos alguns eram despossuídos dos meios de produção e outros eram possuidores da capacidade de trabalho na pesca ou portadores de recursos que se tornaram capitais. Alguns ao se capitalizarem, deixaram de pescar e se diferenciaram dos outros como comerciantes e passaram a se reproduzir através do trabalho dos que seguiam pescando e atuavam como operários nas indústrias. Outros imigrantes lusos chegaram capitalizados para serem os donos das embarcações, do comércio de pescado e/ou para estruturar um parque fabril pesqueiro com diferentes formas de processamento: a salga, os congelados, os óleos, farinhas, as especialidades e o enlatamento.

A riqueza dos ritmos naturais passou a ser produzida pelo ritmo dos novos agentes com novos instrumentos e técnicas de trabalho para abastecer o mercado urbano-industrial em constituição no Brasil. O ritmo passou a ser dos motores dos barcos e da força motriz das fábricas.

Um dos primeiros registros da produção industrial pesqueira está no censo industrial publicado em 1907 no conjunto das firmas que realizavam conservas de carnes e de peixe, impedindo identificar todos os seus dados separadamente. Em Pelotas, por exemplo, a firma MC Call processava línguas para exportação. No Quadro 1, as firmas instaladas em Rio Grande representam um

---

<sup>5</sup> A FURG desenvolve projetos de investigação e recuperação de algumas embarcações do final do século XIX e começo do século XX.

MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. *Industralização de pescado no ...*  
 terço do total utilizando entre 40 e 50% da força motriz e dos  
 trabalhadores registrados.

**Quadro 1:** Brasil: indústria de conservas de carnes e peixes (1907)

Município/UF	Firma	Força Motriz energia (cv)	Número de trabalhadores
Rio Grande/RS	José Francisco da Costa	10	20
Rio Grande/RS	Rosa Júnior	4	30
Rio Grande/RS	Túlio Martins Freitas	10	30
Rio Grande/RS	Leite Nunes e Irmão	20	30
Rio Grande/RS	Leal, Santos & Companhia	25	150
Pelotas/RS	Leite Neves e Irmão	20	130
Pelotas/RS	MC Call e Cia.	25	45
Pelotas/RS	Estabelecimento Paredão	16	32
Cabo Frio/RJ	Terra e Marques	8	5
Cabo Frio/RJ	Augusto Lourenço Cunha	4	8
Cabo Frio/RJ	Antonio José C.G. Periquito	6	6
Cabo Frio/RJ	Leger Palmer	6	8
Mendes/RJ	Ricardo Ranger	Manual	3
S.Paulo/SP	Diogo J. Silva	10	31
Antonina/PR	Bruno Baer	Manual	8
<b>Totais</b>		<b>164</b>	<b>536</b>

Fonte: Organizado por César Martins com base em: IBGE. *Série estatísticas retrospectivas. Vol. 2 Brasil e suas riquezas naturais, suas indústrias. Tomo 3, 1983 (edição fac-similada)*

Das indústrias localizadas em Rio Grande (quadro 1), o destaque é a Leal, Santos & Companhia em operação atualmente com o controle do grupo galego Jealsa e de Tulio Martins Freitas, criada em 1906 e transferida em 1911 para a Companhia de Conservas Rio-Grandense<sup>6</sup>. A firma produzia conservas de carnes, vegetais e pescado, refinava banha de porco e possuía seções para produzir latas e caixas.

Nestas condições estariam sendo preparadas as possibilidades para a produção de pescados salgados para a

<sup>6</sup> LLOYD, R. *Impressões do Brasil no século XX*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company., 1913.

substituição das importações: “o Rio Grande do Sul concorre ainda grandemente para o abastecimento de peixes para a capital do país” (SILVA, 1944, p. 1171).

Imigrantes como F. Marques Leal Pancada, J. Cunha do Amaral, J.Gomes Sequeira, Francisco Furtado, M. Pereira de Almeida. F. Fernandes Troina, Torquato R. Pontes, Abel F. Dourado e Albano G. de Oliveira, chegaram a Rio Grande entre 1889 e 1930, combinaram atividades comerciais com a fundação de suas indústrias até metade do século XX (COPSTEIN, 1975). Suas atividades de gestão e processamento estavam em Rio Grande ou em filiais em municípios da Lagoa dos Patos como São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul. Utilizavam como matéria-prima basicamente o pescado do Estuário da Laguna dos Patos e vegetais produzidos pela pequena produção mercantil. Havia também outros empreendedores de diferentes origens nascidos ou não em Rio Grande. Empreendedores como o espanhol Ballester, o inglês Wigg e os italianos Anselmi, Gallo e Loréa, com profissões e investimentos variados também aportaram capitais no setor pesqueiro.

Na década de 1940, eram sete as indústrias de pescado instaladas no Rio Grande (PIMENTEL, 1944). Um panorama é apresentado por Torres (2011) em função dos danos causados pela enchente de março de 1941 no município do Rio Grande (quadro 2).

O parque industrial pesqueiro instalado no Rio Grande foi capitaneado por essencialmente, imigrantes capitalizados, num momento histórico que lhes garantiu supremacia durante a formação do mercado consumidor abastecido pela produção nacional. As indicações são que estavam se estabelecendo as bases para a construção do parque industrial pesqueiro com o pescado das águas da lagoa dos Patos e litoral adjacentes e o trabalho dos pescadores, dos industriais e dos operários das fábricas. Algumas empresas passaram a investir nas capturas, formando inclusive frotas pesqueiras como a Indústria Brasileira do Peixe (PESCAL), que adquiriu na década de 1940 o barco “Indústria 1” com capacidade para 15 toneladas.

**Quadro 2:** Rio Grande-RS: indústrias de pescados afetadas pela cheia de 1941

<b>Razão Social e ano de fundação</b>	<b>Número de empregados</b>
Fábrica de Conservas Alimentícias Souto (1923)	20
Conservas Alimentícias Triunfo- Figueiredo (1936)	100
Fábrica Leal Santos (1891)	450
Cunha Amaral (1876)	720
Conservas Almeida.- Manoel Pereira de Almeida (s.i)	100
Conservas Ideal. Firma Ponte, Ayres & Cia.	30
Eduardo Ballester (1923)	40
Francisco Galo (s.i)	170
Abel Dourado (s.i)	N/I
Luiz Loréa (s.i)	N/I
.Marcos & Pinho (s.i)	30

Fonte: TORRES, L.H. Águas de Maio: a enchente de 1941 em Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2011, p. 24-28 Organizado por Marco Antônio Renner.

A atividade também abria possibilidades para empreendedores como Francisco Amaral, que trabalhou na *Swift* e na *Pescal*, atuou no setor comercial e de serviços e com um sócio construiu a fábrica FR Amaral no final da década de 1940<sup>7</sup>. A fábrica processava salgados e congelados, empregou cerca de 300 pessoas na década de 1970 e teve frota de caminhões e de barcos. Com os problemas no abastecimento de matéria-prima com as restrições impostas para as pesca em águas do Uruguai e da Argentina, em alguns investimentos como as experiências com a anchoita para exportação e do deslocamento de barcos para a pesca da sardinha em Santa Catarina em um momento da queda do seu preço, a firma encerrou as atividades em 1982. A partir daí, as instalações foram arrendadas para uma empresa que após não pagar o aluguel, dilapidou os equipamentos e o prédio<sup>8</sup>. Em meio

<sup>7</sup> Entrevista para César Martins em 09 de maio de 2007.

<sup>8</sup> A FURG com financiamento do Ministério da Pesca e da Aquicultura e de várias agências de fomento desenvolve nos últimos anos, projetos para

a processos judiciais, as antigas instalações são uma das *fishes* urbanas do município com 9.574,93 m<sup>2</sup> em estado de degradação (MARTINS e OLIVEIRA, 2008).

A partir de 1947, com o começo das capturas no litoral adjacente, com mestres e embarcações estrangeiros contratados por armadores e/ou armadores/industriais houve o incremento das capturas e da industrialização do pescado (BEATTY, 1961; YESAKI e BAGER, 1975). As indústrias do Rio Grande forneceram volumosas quantidades de pescado em diferentes modalidades de beneficiamento para o mercado do Sudeste e Nordeste do Brasil, garantindo alimentos baratos que sustentariam a reprodução da força de trabalho com baixos custos.

A partir da década de 1950, com as bases da industrialização novas perspectivas alteraram a estrutura existente e as relações entre os envolvidos com a ativação das forças naturais e das capacidades produtivas. Na escala nacional as ações empresariais e a montagem de infra-estruturas de fornecimento de energia permitiram alavancar a produção industrial de pescado no país, que incluiu a produção de farinhas e óleos de pescado e a adoção de algumas técnicas simples como a secagem e a salga, incluindo de camarões, com maior controle fiscal e sanitário passaram a ser realizadas nas fábricas (quadro 3).

Qual a posição da atividade do RS entre 1957 e 1959, nos anos que antecedem a criação da SUDEPE e do DL 221-67? O número de pescadores no estado era de 4.957 (223.783 no Brasil), representando o décimo sétimo lugar entre as unidades federadas. Esses pescadores operavam 4.146 embarcações (a oitava frota do país), mas com uma capacidade média de carga de 1,59 toneladas enquanto a média nacional era de 0,82. A frota sediada no RS possuía a capacidade média inferior apenas daquela instalada na Guanabara (4,91 toneladas média), onde estavam concentrados desde o começo do século XX pescadores portugueses e espanhóis que introduziram técnicas e

---

a identificação, captura e processamento da anchoita (*Engraulis anchoita*) no Sudoeste do Oceano Atlântico.

equipamentos para acelerar as capturas e a do Amapá (2,25 toneladas média) que atuava nos ricos pesqueiros da foz do rio Amazonas. Os resultados do trabalho dos pescadores do RS fizeram do estado o segundo produtor nacional (102.195 toneladas nos três anos, 14,93% da produção nacional), enquanto São Paulo com 111.550 toneladas (16,30%) era o primeiro produtor. Do ponto de vista dos valores produzidos, o RS apresentava apenas 7,91% do total nacional, posto que as principais espécies capturadas como corvina, bagres, tainha, castanha e pescada possuem preços menores que as espécies tropicais. Para fins de comparação, em 1959, o preço médio da tonelada do pescado desembarcada na região Norte do país foi de Cr\$ 16.783,36 chegando a Cr\$ 22.203,90 no Nordeste, enquanto na região Sul foi de Cr\$ 11.109,46, sendo de Cr\$ 7.578,34 no Rio Grande do Sul. No final da década de 1980, a tonelada do pescado desembarcado no Norte foi vendida por US\$ 2.96,37, no Nordeste por US\$ 2.810,29 e apenas US\$ 519,03 na região Sul (ABDALLAH, 1997).

**Quadro 3:** Brasil: preparação e fabricação de conservas de pescado entre 1958 e 1960 (em toneladas)

<b>Especificação</b>	<b>1958</b>	<b>1960</b>	<b>Variação (%)</b>
Pescado seco e salgado	34.183	1.882.603	+ 540,73
Pescado congelado ou frigorificado	10.453	898.024	+ 849,10
Pescado em salmoura	985	166.003	+ 1.675%
Pescado defumado	128	8.331	+ 640,80
Enlatados	16.565	1.193.484	+ 710,48
Outros	3.352	239.773	+ 705,31
Total	65.666	2.260.164	+ 334,19

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1961. Organização: César Martins

O diferencial estava na capacidade instalada e na produção executada em Rio Grande que alcançavam não apenas o segundo posto nacional após o Rio do Janeiro, mas possuíam as maiores

MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. Industrialização de pescado no ...

médias por estabelecimento quanto ao Valor da Transformação Industrial (VTI) e ao número de empregados, mantendo o segundo posto no consumo de energia (quadro 4).

**Quadro 4:** Produção de conservas de pescado no Brasil e unidades federadas em 1960

<b>Unidades federadas</b>	<b>VTI em mil cruzeiro</b>	<b>Número de estabelecimento</b>	<b>Número de trabalhadores</b>	<b>Força motriz (c.v.)</b>
Rio de Janeiro	457.339	44	1.656	2.553
Rio Grande do Sul	300.084	31	1.357	1.101
Santa Catarina	143.031	75	620	478
Pernambuco	67.607	3	97	421
São Paulo	61.323	30	345	405
Paraná	10.197	4	33	52
Maranhão	4.108	371	1.277	-
Sub-total	1.043.689	558	5.385	4.589
Outras nove unidades	7.416	30	87	47
Total	1.051.105	588	5.472	4.636

Fonte: IBGE. Censo Industrial de 1960. Organização e cálculos: César Martins

A pesquisa não identificou unidades fabris pesqueiras relevantes que justifiquem o desempenho de Pernambuco e do Maranhão. Porém, entre 1957 e 1959 o Maranhão possuía o maior número de pescadores profissionais do país que foram responsáveis pela terceira maior captura (14,1% da produção nacional de pescado). Combinado a este quadro, destaca-se a inexistência de registro de consumo de energia nas unidades que empregavam o terceiro maior contingente de trabalhadores do país. Uma explicação possível é que eram unidades que realizavam processos simples como a secagem e a salga. Em Pernambuco, as unidades eram maiores pelo número de empregados e consumo de energia, devendo-se tratar de fábricas, posta a tradição conserveira no estado com unidades como a de Carlos Brito, “Conservas Peixe”

criada em 1898 em Pesqueira. Em ambos os estados o setor industrial de pesca foi irrelevante ou nos censos seguintes.

Os investimentos nos parques fabris ficavam sujeitos as oscilações das capturas e as possibilidades de importações sujeitas a acordos comerciais, a taxa de câmbio e aos trâmites de importação, assim as elevadas taxas de ociosidade. Barcellos (1966) calculou, para o período compreendido entre 1959 e 1962, uma ociosidade média de 52,9 % da capacidade de industrialização. Com os dados disponibilizados pelo CIRG (1980), as taxas de ociosidade para os anos de 1977 e 1978 eram de 78,80 % para as salgas, 57,68% para o enlatamento e de 77,45% para os subprodutos.

O quadro 5 mostra a composição do parque industrial na década de 1960, antes dos efeitos das políticas da SUDEPE e indica o relevo das fábricas riograndinas no contexto nacional.

Uma das marcas da atividade pesqueira é a presença estatal estabelecendo marcos regulatórios sobre as espécies e períodos de capturas, as artes de pesca, as tarifas de importação e os financiamentos. No Brasil, desde o período colonial existiram regramentos, especialmente sobre a atividade baleeira nas chamadas armações (SILVA, 1988; SILVA, 1992). Entre os exemplos de políticas de Estado estão o reconhecimento da natureza e dos moradores do litoral brasileiro, através da Marinha brasileira, a criação de instituições de pesquisa, como o Instituto de Pesca em 1912 e dos mecanismos do monopólio na criação dos Entrepostos de Pesca e das taxas para financiamento para a compra de equipamentos na década de 1930 (MARTINS, 2006). Porém, é a partir da década de 1960 com a organização da SUDEPE e do DL 221/67 que são estabelecidos os mecanismos para transformar a pesca em uma indústria de base e um conjunto de normas de financiamentos, isenções e incentivos para a construção de estruturas de pesca, transformação e comercialização de pesca.

**Quadro 5:** Brasil: tipologia das firmas industriais de pescado nas Regiões Sul e Sudeste (exceção da Guanabara) em 1965

Município/UF	Tipologia				Totais	
	conservas de peixes, crustáceos, moluscos, exceto sardinha	peixe fresco, refrigerado, salga e secagem	preparação e conserva de sardinha			
				Municipais	UF	
Rio Grande do Sul	<b>10</b>	<b>26</b>	-		<b>36</b>	
Rio Grande	8	17	-	25		
São José do Norte	-	6	-	6		
Pelotas	1	1	-	2		
S. Lourenço do Sul	1	1	-	2		
Barra do Ribeiro	-	1	-	1		
Rio de Janeiro	-	<b>8</b>	<b>31</b>		<b>39</b>	
Rio Grande do Sul	<b>10</b>	<b>26</b>	-		<b>36</b>	
Santa Catarina	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>6</b>		<b>25</b>	
São Paulo	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>6</b>		<b>16</b>	
Paraná	-	<b>3</b>	<b>1</b>		<b>4</b>	
Total	<b>26</b>	<b>50</b>	<b>44</b>		<b>120</b>	

Fonte: IBGE. Cadastros industriais por Unidade Federada, 1965.  
Organização: César Martins

Assim, se é possível defender em linhas gerais que, até a criação da SUDEPE em 1962 e a operacionalização do DL 221/67, não existiam políticas estatais de financiamento e um parque pesqueiro de importância nacional, discorda-se que não houvesse, de um lado, políticas de Estado e de outro, industriais que se constituíram em agentes hegemônicos no setor, pois há registros de exportações de pescado e na década de 1930 são fundadas as fábricas Rubi e Coqueiro para enlatamento em São Gonçalo.

Há seis indicadores das transformações entre as décadas de 1960 e 1980: (I) as capturas passam de 377.008 toneladas, em 1964

para 971.537 t, em 1984; (II) em 1965 existiam 203 fábricas e em 1976, 326; (III) o consumo de pescado duplicou entre 1964 e 1984; (IV) o saldo da balança comercial do setor de pescado tornou-se positivo; (V) foram instalados cursos superiores e instituições de pesquisa para o estudo dos ambientes aquáticos e a criação de tecnologias diversas; (VI) são criadas e impostas normas de sanidade para a produção e consumo de pescado.

No processo, houve o comprometimento de várias espécies pela intensificação das capturas, a negligência com a pesca artesanal, desestruturação de muitas localidades caracterizadas como de pescadores e a hegemonia das empresas de pesca e industrialização. Uma das variáveis foi a implementação dos incentivos estatais.

O quadro 6 apresenta o total de recursos solicitados e liberados pelas empresas no período de 1968 até 1973 que representou cerca de 75 % do total dos pedidos e das liberações efetuadas até 1986.

**Quadro 6:** Brasil: quadro geral das liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (em U\$)

<b>Total de firmas/grupos solicitantes</b>	<b>Recursos solicitados</b>	<b>Recursos liberados</b>	<b>% dos recursos liberados</b>
137 <sup>(1)</sup>	216.004.012	102.696.634	47,5

<sup>(1)</sup> As firmas FRIDUSA-Frigoríficos e Ind. de Alimentos S/A de Niterói e ANPESCA- Cia. de Pesca Angra dos Reis do município de Angra dos Reis (RJ) elaboraram projetos mas não há dados disponíveis dos recursos solicitados.

Fonte: Anuário da Pesca, 1974. Organização: César Martins

O quadro 7 mostra a concentração dos recursos em empresas instaladas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil e o destaque para as empresas instaladas no estado do Rio Grande do Sul

que receberam o maior volume e média de recursos no conjunto do país.

**Quadro 7:** Brasil: distribuição estadual das solicitações e liberações de recursos e de incentivos fiscais do decreto-lei 221/67 de 1968 até 1973 (%) e média dos orçamentos dos projetos (US\$)

Unidade Federada	Firmas/grupos solicitantes	Recursos solicitados (%)	Recursos recebidos (%)	Média dos recursos recebidos por projeto (US\$)
Santa Catarina	36	17,8	15,8	447.920
São Paulo	35	35,0	38,8	1.135.405
R. Grande do Sul	20	20,3	19,5	995.578
Guanabara	19	14,9	10,9	591.639
Rio de Janeiro <sup>(1)</sup>	16	8,4	11,0	705.551
Pará	4	1,2	1,4	367.054
Espírito Santo	2	0,5	0,4	237.563
Paraná	2	1,1	2,1	1.099.747
Pernambuco	1	0,2	...	...
Bahia	1	0,5	0,1	152.850
Ceará	1	0,1	...	...
Totais	137	100	100	747.983

<sup>(1)</sup> As firmas FRIDUSA-Frigoríficos e Ind. de Alimentos S/A de Niterói/RJ e ANPESCA- Cia. de Pesca Angra dos Reis do município de Angra dos Reis/RJ elaboraram projetos mas não há dados disponíveis dos recursos solicitados. ... Informação não disponível.  
Fonte: Anuário da Pesca, 1974. Organização e cálculos de César Martins.

Com uma série de denúncias sobre o uso dos incentivos do DL-221/67, o governo federal realizou processos de ajustes. Diegues (1983), utilizando jornais do período, revela que, dada as facilidades para obtenção de recursos junto a SUDEPE, alguns industriais da pesca pediram dinheiro para evitar que "aventureiros o tomassem para outras finalidades" (p. 139). O mesmo autor, baseado em documentos oficiais, apresenta a seguinte síntese para

os resultados da política estatal pesqueira, entre 1967 e 1977: 40 % das empresas incentivadas faliram, os erros de planejamento levaram a aplicação de 74 % dos investimentos entre industrialização e administração, 29 % na captura e "somente 7 % para a comercialização, onde se situa um dos pontos de estrangulamento do setor pesqueiro" (p. 140). Os acessos aos incentivos do DL-221/67, a aplicação de medidas sanitárias e a diminuição da captura de determinadas espécies, colaboraram para que em 1970 restassem 174 fábricas no país das 588 registradas na década anterior. No Rio Grande o número de fábricas aumentou de 31 para 36 mantendo em torno de 25% do VTI nacional e o número de trabalhadores passou de 1.357 para 3.076.

Combinado com a concentração dos recursos em empresas instaladas no Sudeste e no Sul, que rapidamente exerceriam pressão para que os pescadores e/ou armadores trabalhassem com mais eficácia sobre os estoques, houve a concentração em nível das empresas que teve na criação dos Fundos de Investimentos Setoriais (FISSET) como uma das iniciativas estatais para ajustar a política de financiamento. Em 1974, o governo federal, ao detectar um conjunto de denúncias e irregularidades na sistemática da concessão e aplicação dos incentivos fiscais, pelo decreto-lei nº 1376, criou cinco fundos de investimentos: (I) o Fundo de Investimento do Nordeste; (II) o Fundo de Investimento da Amazônia; (III) o Fundo de Investimento para o setor florestal; (IV) o Fundo de investimento para o turismo; (V) o FISSET/Pesca. O começo do período de implantação do FISSET/Pesca coincidia com o começo do esgotamento do modelo político dos golpistas de 1964 e que tomara sobre vida, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e com as artimanhas para dar sustentação ao governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), em função especialmente dos resultados das eleições de 1974, que deram ampla vitória para oposição do Movimento Democrático Brasileiro.

Segundo o "Anuário da Pesca" de 1974, entre as empresas localizadas em Rio Grande que receberam os incentivos estavam a Leal Santos, Pescal, Wigg, Abel Dourado, ISAPEIXE (Industria Rio-grandense de Pescado S/A) e Torquato Pontes. O movimento

pode ser exemplificado com a atuação do Grupo Ipiranga no setor pesqueiro. O grupo em 1967 constituiu a ISAPEIXE e adquiriu a Leal Santos, duas das 30 empresas que mais recebeu incentivos até 1973. A empresa foi proprietária de duas embarcações e tentou uma nova modalidade de venda de pescado no varejo: a comercialização de files de peixe em embalagens com menos de um quilo em sua rede de postos de gasolina. Em 1976, através do Fundo de Investimento Setorial da pesca (FISET/Pesca), a Leal Santos, assumiu a ISAPEIXE e a Wigg. Na década de 1990 na reorganização do grupo em função das tentativas de quebra do monopólio da Petrobrás, a Ipiranga vendeu seus investimentos em setores como hotelaria e pesca, incluindo a Leal Santos<sup>9</sup>.

O conjunto de ações estava baseado na disponibilidade de trabalhadores e das pescarias nas águas das bacias lacustres do sul do RS, no seu litoral adjacente e até 1978 em águas uruguaias. Na pesca interior e costeira a partir de 1979 com incentivos estatais, barcos artesanais foram cabinados e dotados com equipamentos de detecção de cardumes e de equipamentos mecânicos para ação das redes. As pescarias eram assentadas em camarões, especialmente o rosa (*Penaeus paulensis*), na corvina (*Micropogon furnieri*), em bagres (*Netuma barba*, *Netuma planifrons* e *Genidens genidens*) na tainha (*Mugil brasiliensis*) e na castanha (*Umbrina canosai*). O processo está materializado na organização nacional do setor a partir da segunda metade dos anos de 1970 com a afirmação de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e a emergência de Santa Catarina como estados com as mais importantes empresas industriais pesqueiras (quadro 8).

---

<sup>9</sup> Em 2007 o grupo Ipiranga foi adquirido por cerca de 4 bilhões de dólares pelo consórcio formado por Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), Braskem S.A. (Braskem) e Ultrapar Participações S.A. (Ultrapar). Apesar da manutenção da marca tradicional, a refinaria no município do Rio Grande, passou a chamar-se de Refinaria Riograndense. Sobre a trajetória do grupo Ipiranga: MARTINS, Denise. Ipiranga: a trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS): rumo à consolidação de um grupo empresarial (1937-1967). P.Alegre: PUC-RS, 2008 (dissertação de mestrado em História).

**Quadro 8:** Brasil: tipologia das principais atividades nas unidades fabris pesqueiras (1976)

Unidade Federada	Total das unidades fabris	Tipologia da produção em cada unidade fabril								
		Resfriamento	Congelados	Enlatados	salga	Farinha	Óleo	gelo	Estocagem de congelados	Outros <sup>(1)</sup>
S.Catarina	50	34	28	5	26	9	5	20	30	2
S.Paulo	50	26	11	11	25	3	1	25	14	6
R.Janeiro	47	24	8	16	16	19	12	20	10	-
R G do Sul	35	28	24	8	25	10	8	25	27	1
Ceará	26	24	-	-	-	-	-	20	25	-
Bahia	18	8	5	-	-	-	-	10	12	-
Pará	15	7	9	-	-	-	-	13	10	-
Pernambuco	13	11	6	-	-	-	-	9	10	-
RG do Norte	13	7	17	-	-	-	-	8	7	-
Paraíba	11	6	4	-	2	-	2	8	5	-
Amazonas	9	4	3	-	4	-	-	4	3	-
Mato Grosso	8	8	-	-	-	1	-	-	-	-
E. Santo	8	7	3	-	-	-	-	6	4	-
Alagoas	7	1	2	-	-	-	-	5	5	-
Sergipe	6	1	-	-	-	-	-	2	5	-
Paraná	5	4	2	-	3	-	-	4	2	-
Maranhão	4	1	1	-	-	-	-	4	1	-
Piauí	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-
Totais	326	174	124	40	101	42	28	164	171	9

<sup>(1)</sup> Inclui defumação, produção de derivados e algas.

Fonte: Organização de César Martins, com base em : MENCIA-MORALES, F, et alii. Avaliação da indústria pesqueira brasileira: capacidade produção e mercado. Brasília: FAO/SUDEPE/PDP, 1976 (série Documentos Técnicos n. 20).

Os industriais da pesca instalados no Rio Grande podem ser caracterizados como “capitães de fábricas”, como na expressão

forjada por Cardoso (1972) para aqueles homens que ao mesmo tempo foram responsáveis por parte da industrialização e da modernização da sociedade brasileira, produzindo as mercadorias nas condições difíceis de uma sociedade com marcas da hegemonia agro-exportadora, mas baseados na intensa exploração da força de trabalho, da natureza e amalgamados ao Estado-patrimonialista. O significado nacional desses industriais é confirmado com a fundação da Associação Nacional das Empresas de Pesca (ANEPE), na I Convenção Nacional da Pesca em 1972. Na primeira direção eleita da ANEPE por representantes de 60 indústrias, havia dois dirigentes de empresas locais: Élio Pontes, da Torquato Pontes, como presidente e Nelci Gomes Siqueira, da Indústria Joqueira como secretário.

Os resultados dos indicadores da década de 1970, estavam em contraste com os sinais do esgotamento do modelo de industrialização extensiva e o surgimento e a afirmação de um poderoso concorrente para fornecer proteína animal: os complexos agroindustriais das carnes de frango, suíno e bovino coordenados por grupos econômicos. Uma análise da situação econômico-financeira do setor em Rio Grande apontava que "o setor pesqueiro do estado do Rio Grande do Sul encontra-se numa situação ainda confortável, porém com rentabilidade sofrível, mas que poderá ter problemas a curto ou médio prazo" (BRANCO Jr., 1978, p.113).

O Censo Industrial de 1980 confirmou o quadro do significado das empresas do RS: com 3.668 trabalhadores no setor (21,77% do total nacional) era responsável por 23,91% da VTI da indústria de pesca no Brasil. O segundo posto era de Santa Catarina (13,53% dos trabalhadores e 13,39% da VTI) e o terceiro, São Paulo (10,58% dos postos de trabalho e 5,15% da VTI)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Até o momento não foram localizados os dados referentes ao estado do Rio de Janeiro que devem indicar a primeira ou segunda posição na produção industrial pesqueira nacional, o que não invalida o entendimento, pois somados o VTI e o número de trabalhadores do RS, Santa Catarina e São Paulo somam cerca 30% dos totais nacionais.

Ainda assim, a produção industrial pesqueira no município do Rio Grande entre 1982 e 1986, respondeu entre 93 e 91,02 % dos desembarques totais (MA/SUDEPE,1988) e por aproximadamente 80 % dos resultados das indústrias pesqueiras instaladas no Estado (ALONSO, 1994).

Além da complexidade das atividades desenvolvidas, algumas das empresas indústrias de pescado do Rio Grande tiveram importância nacional no setor durante duas décadas, segundo os *rankings* da revista “Visão: quem é quem na economia brasileira”. Entre as 125 empresas do setor de todo o Brasil citadas entre 1969 e 1989, 12 estavam localizadas e tinham seus centros de gestão em Rio Grande e ocuparam as primeiras posições nacionais: Pescal, Leal Santos, ISAPEIXE, Torquato Pontes, Abel Dourado, Joqueira, Cunha Amaral, Furtado, FR Amaral, Promar, Pesqueira Nacional e Figueiredo.

No final da década de 1980, o parque industrial pesqueiro mantinha as características de complexidade das atividades (quadro 9).

A intervenção estatal ocorrida entre a criação e a extinção da SUDEPE (1962-1989) era marcada sobretudo pela regulação das pescarias e do financiamento. O discurso e a prática de desregulamentação da década de 1990 e do começo do século XXI foi mais da regulação das pescarias e da consolidação de pelo menos três agentes que se tornam hegemônicos no setor: as firmas de grupos econômicos da aquicultura, os armadores das pescarias de atuns e afins de alto mar para exportação e de enlatadores de pescado oligapolizados pela Coqueiro, então do grupo Quaker, Gomes da Costa e FEMEPE<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O setor de enlatamento no Brasil no final da primeira década do século XXI passou por mais uma reestruturação com a aquisição da Coqueiro com fábrica em São Gonçalo/SC e unidade em Itajaí/SC e da FEMEPE em Navegantes/SC pela Camil e da consolidação do grupo Calvo no controle da Gomes da Costa em Itajaí/SC.

**Quadro 9:** Empresas e suas respectivas linhas de processamento em atividade em 1988.

<b>Empresas</b>	<b>Resfriado</b>	<b>Congelado</b>	<b>Salgado</b>	<b>Enlatado</b>	<b>Farinha</b>	<b>Óleo</b>	<b>Gelo</b>
Albano Oliveira, Sobrinho	X	X	X				X
Atlântica Pescados Ltda	X	X	X				X
Furtado S/A Ind. Com.	X	X	X	X	X	X	X
Ind. Figueiredo S/A	X	X	X	X			
Comercial Discon S/A	X	X	X				
Manoel Pereira de Almeida				X			
Pescal S/A		X	X		X	X	X
Promar S/A Ind.	X	X	X				X
R.Grande Produtos Alimentícios	X	X	X				
Torquato Pontes S/A		X	X				X
Marsilva Imp. Exp. Pesc.			X				
Nilmarsul Ind. Exp. Pesc.		X	X				
Jahu Ind. Com. Pescado	X	X	X				X
Coop. Mista Pesca Nipo Brasileira	X						X
Leal Santos Pescados S/A		X	X	X	X	X	X
Pesqueira Nacional	X	X	X				
Souto Oliveira Ind.		X	X				X
Moura Ind. Com. Pescado.	X						X
J. L. Cunha	X	X	X				X
Atlantis Com. Pescado	X	X					

Fonte: SUDEPE. Diagnóstico do Setor Pesqueiro do RS, Rio Grande, 1988. Organizado por Marco Renner.

O desmonte das estruturas estatais, comprometeram inclusive a divulgação dos dados do setor e colocaram o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como o principal financiador do complexo pesca (pesca, indústria da pesca e aquíicultura). As empresas que tinham a racionalidade da produção baseada na lógica da regulação estatal da extensão das atividades de captura e de

MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. *Industralização de pescado no ...*  
industrialização em um mercado nacional protegido, foram obrigadas a mudar as suas estratégias no começo dos anos de 1990 ou iniciaram um processo de encerramento das atividades.

### **Os sinais do esgotamento e da nova estrutura a partir da década de 1990**

A atividade industrial foi exponencializada com recursos estatais, matéria-prima que eram consideradas inesgotáveis, homens disponíveis para pescar e trabalhadores para as fábricas. A partir da metade da década de 1970 cerca de 30% do pescado desembarcado no Rio Grande era importado, indicando um descompasso entre a capacidade instalada e a matéria-prima regional/local. Seus agentes hegemônicos (industriais, armadores e industriais/armadores) foram obrigados a reconstruírem suas racionalidades, com os sinais dos limites na reprodução das espécies que representavam sua matéria-prima, com a presença de novos agentes dentro e fora do setor num histórico de dependência das políticas estatais no RS (GROS, 1990).

Especificamente no RS, além da redução do número de indústrias do setor, a Sudepe (1988), calculou uma ociosidade de 72% para a capacidade de enlatamento e cerca de 80 % para o congelamento dado ao superdimensionamento dos projetos e construções financiadas com recursos públicos.

Com a diminuição e posterior fim dos recursos estatais da SUDEPE e da legislação que impedia a importação de pescado e de seus derivados em suas diversas formas<sup>12</sup>, teve início o período

---

<sup>12</sup> Com a eliminação do Anexo C pela ministra Zelia Maria Cardoso de Mello houve abertura do mercado brasileiro como uma das medidas do chamado Plano Collor que buscava basicamente reduzir a liquidez com uma reforma monetária, substituição da moeda e reter ativos monetários. Assim, ocorreu o fim das restrições das importações de 2.371 produtos. Entre os produtos estavam todos os codificados com os números 03 (peixes, crustáceos e moluscos) e 16 (preparação de carnes, peixes, de crustáceos e moluscos) nos sistemas do comércio exterior.

de fechamento das indústrias de pescado em Rio Grande que aumentaram sua produção de aproximadamente 11 mil toneladas/ano na década de 1940, para 22.000 toneladas/ano, no biênio 1961/62, para cerca de 54.000 toneladas/ano no biênio 1978/79 com um pequeno declínio para 52.000 toneladas ao ano no final da década de 1980.

O trabalho de pescadores, trabalhadores fabris, armadores e industriais da pesca, instalados em Rio Grande compunha a estrutura industrial um país que entre 1930 e 1980, cumpria as diferentes fases de industrialização.

Porém, a nova lógica de ordenamento constrói um limite: os indicadores mostravam no começo da década de 1990 capturas próximas aos limites reprodutivos das principais espécies capturadas nas áreas tradicionais (FAO, 1995). O descolamento do ritmo do trabalho social dos ritmos reprodutivos naturais, pela ampliação das possibilidades de capturas (com aportes cada vez maiores de ciência e tecnologia) aparece como crise do recurso. No litoral Sul e Sudeste do Brasil as principais espécies capturadas como o camarão sete-barbas, o camarão-rosa, os peixes demersais (corvina, castanha, pescada olhuda e pescadinha real) e a sardinha-verdadeira foram avaliadas como em situação de sobrepesca (PAIVA, 1997).

Com os resultados das políticas estatais de subsídios e isenções fiscais da SUDEPE, entre 1962 e 1989, o trabalho dos pescadores produziu os maiores volumes de pescado capturado da história e o volume processado pelas indústrias atinge as maiores quantidades. A tipologia das atividades desempenhadas indicava que entre 1986 e 1988, as 19 indústrias que operavam legalmente eram controladas localmente.

Na década de 1990, por exemplo, todas as unidades de enlatamento de pescado das indústrias de Rio Grande são desativadas. As 12 unidades fabris operando legalmente entre 1994 e 1995 ao apenas salgar e congelar o pescado apontavam para uma nova posição na divisão territorial do trabalho no setor (Quadro 10).

**Quadro 10:** Rio Grande: indústrias de pesca operando legalmente entre 1994 e 1995

Nome	Número de trabalhadores
Albano de Oliveira Sobrinho & Cia. Ltda	90
Atlantis Ind. E Com.de Pescado Ltda	49
Cunha Amaral S/A Ind. E Comércio	5
Furtado S/A Com. e Ind.	200
Jahu Ind. Com. de Pescado Ltda	355
Leal Santos Pescados S/A	720
Marsilva Imp. e Exp. De Pescado Ltda	8
Nilmarsul Ind. Exp. De Pescado Ltda	9
Pescal S/A	900
Pesqueira Nacional S/A (PENASA)	20
PROMAR S/A Ind. e Com.	101
Toquato Pontes Pescado S/A	224
Total de trabalhadores	2.681

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Cadastro Industrial/RS, 1994/1995.

Destaque-se que das 12 indústrias, três operavam com menos de 10 trabalhadores. No cadastro, o endereço de correspondência da Cunha Amaral (200 empregados em 1973 e 50 em 1982-1983), era da Pescal, indicando a desativação da planta que foi confirmada pelo cancelamento da licença de operação da empresa no órgão ambiental do governo do estado em 1998<sup>13</sup>. A Marsilva e Nilmarsul em 1995 trabalhavam com características de posto comercial. A Leal Santos e a Pesqueira Nacional (PENASA), especializavam suas produções em matéria-prima de alto-mar. A Leal Santos processava atuns e afins e a PENASA, lula e

<sup>13</sup> Os dados das empresas foram coletados nos cadastros industriais da FIERGS na biblioteca da sede da federação em Porto Alegre, nos cadastros de licenciamentos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), do registro do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal e do SIF/MAPA.

namorado. Ou seja, o setor industrial pesqueiro instalado no Rio Grande ao simplificar suas atividades, delineou duas características: especializou-se e concentrou o capital em oito indústrias. Em conjunto, há a transferência das instalações que possuem licenças ambientais e registros no Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIF/MAPA) entre firmas. Como por exemplo, no antigo endereço da PENASA operou a SK R Gonçalves (65 empregados em 2009) e a Indústria e Comércio de Pescados da Ilha (70 trabalhadores) e no prédio da Nilmarsul opera a firma Ártico S.A (72 empregados).

No município de São José do Norte separado do município do Rio Grande pelo canal do Rio Grande, também existiram indústrias pesqueiras com capitais locais ou filiais de firmas riograndinas com diferentes tempos de funcionamento: Luiz Loréa (1945-1949); Ind. Humberto Ferrari e Filhos (1949 e 1971); JG Siqueira (1945-1960), E.Ballester (1950-1960), Ind. Saraiva (1962-1971) e Amaral e Irmão (1962-1971). Uma parte dessas empresas soçobraram ou desapareceram com a lógica do DL 221/67 e deram lugar as filiais da Frigoria do Rio de Janeiro e da Confrio de São Paulo. A primeira operou entre 1972 e 1983 empregando até 460 trabalhadores entre fixos e temporários. A Confrio funcionou entre 1972 e 1982, com cerca de 400 trabalhadores e seu prédio foi ocupado pela fábrica de pescados Moura entre 1984 e 1995 (WYSE, 2000). Com o fechamento da Moura, não foram encontrados outros registros de industrialização de pescado em São José do Norte.

Numa síntese da importância da atividade pesqueira até o começo da década de 1990, Martins (1997) com base em de jornais relata que empresas como a Furtado S.A. e a Pescal S.A. do Rio Grande exportavam "camarões para Europa e os Estados Unidos" (p. 34). A Pescal era primeira empresa do setor pesqueiro nacional, segundo a Gazeta Mercantil, com 850 trabalhadores, com frota de barcos, importadora do Uruguai e Argentina, de armadores independentes, de pescadores artesanais e realizadora de *joint-ventures* com barcos estrangeiros, que naquele momento adquiria uma concorrente por cinco milhões de dólares. Na outra ponta da

atividade pesqueira, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação denunciava a demissão diária de cerca de 50 trabalhadores ao dia pelas indústrias da pesca (p. 35).

No parque industrial pesqueiro instalado no Rio Grande, há duas marcas na década de 1990 indicadoras da reestruturação em curso: (1) a desativação da Leal Santos, em 1994 e da Pescal, em 1998; (2) suas reativações com novas administrações. A primeira deu origem a uma das maiores empresas do setor pesqueiro nacional durante as décadas de 1970 e 1980, segundo o *ranking* da revista Visão. Após fazer parte do grupo Ipiranga, pertenceu aos grupos Benvenuto e depois ao Arcor e a partir de 2006 faz parte dos investimentos do grupo espanhol Actemsa-Jealsa, concentrando as atividades nos tunídeos e preparando enlatados de sardinhas importadas com a marca “Robinson Crusoe”. A empresa em 2011 empregava cerca de 400 trabalhadores na planta industrial. A Pescal foi a maior empresa brasileira do setor durante parte da década 1990, e em 1998 eliminou a industrialização, manteve a comercialização de especialidades produzidas na Argentina e Uruguai e pelas indústrias Torquato Pontes e Furtado do Rio Grande e arrendou parte de suas câmaras frigoríficas para as exportações do grupo Frangosul. Em janeiro de 2001, em parceria com a Empresa de Armazenagem Frigorífica Ltda (EMPAF), de Recife, reiniciou a industrialização de pescado<sup>14</sup>. No final da década suas instalações são utilizadas basicamente para armazenagem de diferentes tipos de carnes por empresas

---

<sup>14</sup> O jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 25/07/94, estampava a manchete: “Pescal mantém a liderança na produção de pescado” (p.22). A EMPAF foi constituída como empresa de importação e comercialização de pescado com a marca “Netuno”. Desde 1998 vem diversificando suas atividades com a captação de recursos do BNDES, constituindo fazendas de cultivo de camarões no Nordeste e contratos de exclusividade, com cerca de 500 pescadores nordestinos para o fornecimento de pescado. O grupo planejava, a partir de Rio Grande, utilizar a marca “Pescal” para atuar nos mercados do Sul e Sudeste do Brasil.

exportadoras pelo porto do Rio Grande, confirmada pela redução dos 900 trabalhadores na metade da década de 1990 para 188 de acordo com a licença de operação de 2009 da FEPAM.

Do ponto de vista econômico-financeiro, Branco Jr. e Santos (1998) com base nos dados das empresas em operação entre 1994 e 1996, reiteraram a dependência do setor das políticas estatais e que se ainda apresentavam capacidade de pagamento satisfatória e margem do lucro razoável, havia a tendência ao aumento do endividamento.

Até o final do ano de 2001, nenhuma das cinco indústrias de pescado em operação em Rio Grande (Torquato Pontes, Leal Santos, Pescal/EMPAF, Junção e Albano de Oliveira e Sobrinho), por exemplo, enlatavam o pescado. Porém, ainda estavam instaladas, dez fábricas de pescados com autorização estatal para comercializar suas mercadorias em todo o território nacional (quadro 11).

O encerramento das atividades de algumas firmas e a especialização de outras podem ser consideradas como uma das marcas da divisão territorial do trabalho no setor com relação ao surgimento e a consolidação de cadeias produtivas concorrentes como de frango, suínos e bovinos capazes de garantir proteína animal com escalas e escopos, menores preços e estabilidade no abastecimento. Concomitantemente os custos das pescarias são elevados, hão deslocamento do financiamento estatal para aquíicultura, a afirmação da produção de atuns no Norte e Nordeste e a emergência das empresas de Santa Catarina. Uma das conseqüências locais, além do fechamento das fábricas é a redução dos postos de trabalho dos cerca de 17.000 nos finais da década de 1980 (CIRG, 1980), para 2.284 em 1995, atingindo sobretudo as mulheres<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Dados do RAIS. Não foram identificadas publicações sobre o trabalho das mulheres nas fábricas de pescado no Brasil. Para o Sul do Rio Grande do Sul: VELEDA DA SILVA, S.M. *Mulheres e trabalhos: as (i) mobilidades dos estigmas*. R. Grande: FURG/CNPq, 2011 (relatório de pesquisa).

**QUADRO 11:** Rio Grande: estabelecimentos com inscrição na categoria Fábrica de Conserva de Pescado no Serviço de Inspeção Federal do Departamento de Inspeção de Produtos de origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

<b>Nome das firmas e ano de fundação</b>	<b>Observações sobre atividades atuais</b>
Albano de Oliveira e Sobrinho & Cia. Ltda (1953)	Controle familiar; cerca de 120 trabalhadores; 7 embarcações; 7 caminhões; 3 carretas; produz pescado congelado, fresco e salgo; uma loja de varejo que comercializa pescado
Ártico S/A (1998)	Controle da família de Ricardo Tavares; 45 trabalhadores; produz congelados
Furtado S/A Comércio e Indústria (1943)	Controle da família de Moacir Gomes; filial aberta em Itajaí; último arquivamento da JUCERGS foi em 03/02/2001
Ind. de Alimentos Leal Santos Ltda (1889)	Em dezembro de 2005 o grupo Benvenuto foi adquirido pelo também argentino Arcor e não fornece informações.
Junção Indústria e Comércio de Pescado Ltda (2000)	Controlada pela família de Orlando Hepp; produz congelados em <i>join-venture</i> com firma a Roundstar dos EUA produz carne de siri
Marsilva- importadora e exportadora de pescados Ltda (1977)	Controle familiar; 20 trabalhadores; produz pescado salgado
Promar S/A Indústria e Comércio de Pescado	s.i
Rio Grande Produtos Alimentícios Ltda	Controle familiar; 50 trabalhadores; terceiriza as instalações para outras firmas
Torquato Pontes Pescados S/A	Controle da família de Élio Pontes; 80 trabalhadores; 100 metros de cais próprio; 2 caminhões; 3 barcos; produz congelados e salgados da marca “Ideal”

Fonte: Organização: César Martins, com base em: cadastro disponível em [www.agricultura.gov.br/dipoa](http://www.agricultura.gov.br/dipoa) (acessado em 30/08/2005); Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul; Trabalho de campo do estudante Maurício Freitas do curso de Geografia da FURG no primeiro semestre de 2005.

A análise do processo em curso a partir do começo do século XXI, auxiliará nas explicações da diminuição dos registros no SIF/MAPA nas categorias Entrepasto de Pescado (EP1 e EP) e Fábrica de Conserva de Pescado (FCP e FC1) no Rio Grande do Sul entre 2005 e 2012 (de 21 para 15 no EP1 e EP e de 10 para seis no FCP e FC1) e na avaliação das conseqüências e dos entrelaçamentos com as políticas de Estado, ao uso do pescado como matéria-prima, a ascensão de outros agentes como os empreendedores em Santa Catarina (o número de registros passou de 42,25% para 58,97% do total nacional) e quanto as condições de trabalho e salariais nos barcos e nas fábricas. Este processo escapa do limites do presente texto.

### **Considerações finais e pautas de pesquisa**

A tímida produção brasileira sobre os diferentes processos da atividade industrial pesqueira é uma justificativa da relevância do tema em um país com o volume de águas de diversas características e que construiu a partir da década de 1960 uma estrutura de captura e de industrialização que foi capaz de duplicar o consumo de pescado, alavancar a balança comercial e construir uma base intelectual para pesquisas biológicas e tecnológicas para o setor. As pesquisas e a formação de pessoal, normalmente financiadas com recursos públicos, incluíram desde balanços de determinados estoques, até a criação de equipamentos industriais e de novos produtos a base de pescado. Porém, soma-se a esta condição uma preocupação com saúde dos brasileiros: a pequena disponibilidade de pescado, seu preço relativamente maior do que de outras proteínas e o consumo entre 6 e 10 kg/*percapita*/ano enquanto a recomendação da Organização Mundial da Saúde é de 12 kg/*percapita*/ano. Ou seja, não se trata apenas da disponibilidade de águas para as pescarias ou cultivo ou de certos limites para a reprodução natural do pescado, mas um conjunto de múltiplas determinações que se relacionam com o bem-estar dos

brasileiros, os gastos públicos com a saúde e a otimização de recursos ociosos.

Os empresários do setor pesqueiro, instalados em Rio Grande, reproduziram-se como proprietários do capital, com a riqueza dos ritmos naturais, com o trabalho de homens sem meios e instrumentos de produção, disponíveis para vender sua força de trabalho (formadores do operariado fabril), com os resultados do trabalho de homens conhecedores das artes de pesca e proprietários de embarcações (os pescadores artesanais) e com o privilégio das regulações estatais para o setor, que incluíam imposições contra as importações de pescado e o uso exclusivo do Mar Territorial. Foi com e na formação social na escala local e regional que tiveram relevo nacional.

Os dados referentes às quantidades de pescado, desembarcado no Rio Grande, no primeiro quinquênio de dados disponíveis (1945/49), indicam médias anuais de 14.000 toneladas/ano. Com o uso das águas territoriais uruguaias e argentinas, expansão e tecnificação da frota, na década de 1970, houve máximos de aproximadamente 120.000 toneladas/ano. Os dados do último quinquênio antes do fechamento de parte das fábricas (1993/1997) mostram capturas médias de 56.000 toneladas/ano. Ou seja, as médias são superiores àquelas do período de delimitação do parque fabril instalado no Rio Grande, não justificando a diminuição da produção desse parque fabril com base apenas neste argumento. O pescado das redes dos pescadores do Rio Grande “caiu em outras redes”?

Para auxiliar a desvendar, os processos, as pesquisas sobre o setor pesqueiro, baseadas na distinção entre o modo de produção, a formação social brasileira nas distintas parcelas do território brasileiro e nas ações combinadas e contraditórias dos agentes do setor com base em dados concretos pode existir a seguinte pauta:

- qual a relação do processo em curso com as políticas de desmonte do aparato estatal no setor na década de 1990 e começo do século XXI?

- no Brasil, o primeiro órgão ministerial dedicado especificamente para o setor pesqueiro, a Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca da Presidência da República foi criado no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006) e transformado em Ministério da Pesca e Aqüicultura em 2009. Quais são os resultados para os distintos agentes do setor, concebidos por suas relações combinadas e contraditórias?

- quem são, onde localizam-se e como se viabilizam os agentes hegemônicos como industriais e armadores?

- quais as estratégias de reprodução daqueles que ainda vivem majoritariamente como pescadores proprietários de instrumentos simples de trabalho, como um momento da lógica do modo de produção na conjuntura do país?

- quais as condições de trabalho e de luta sindical dos pescadores dos barcos industriais e dos trabalhadores das fábricas?

Algumas respostas colaborariam para conhecer as dinâmicas internas do setor e auxiliariam em ações que evitem dissociar as diferentes lógicas dos agentes e seriam fundamentais para a vida dos trabalhadores nos barcos e nas fábricas e o acesso a mais uma proteína animal para a melhoria da dieta das famílias brasileiras.

## **Referências bibliográficas**

ABDALLAH, P. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução.** Piracicaba: USP, 1998 (tese de doutorado em Economia).

ALONSO, José A.F. *et al.* **Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, FEE, 1994.

ALMEIDA, M.T.A. *et al.* **Identificação das possíveis fontes de contaminação das águas que margeiam a cidade do Rio Grande-RS.** Rio Grande, FURG, 1993.

- MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. Industralização de pescado no ...
- BEATTY, S.A. Brazilian Fisheries. In: BORGSTRON, G. e HEIGHWAY, A.J. **Atlantic Ocean Fisheries**. Fishing News Ltd., London, 1961, p. 205/212.
- BERNARDES, L. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, 17-50. 1950.
- BRANCO Jr., F.A. **Análise da situação econômico-financeira da indústria pesqueira do Rio Grande do Sul- 1973 a 1977**. Porto Alegre: UFRGS, 1979 (dissertação de mestrado em Administração).
- BRANCO Jr., F.A. e SANTOS, M.V.R. Análise econômico-financeira da indústria de pesca do Estado do Rio Grande do Sul. **Sinergia**, n. 10, 117-137. 1998.
- BRANDÃO, Raul. **Os Pescadores**. 2. ed. Livraria Aillaud/Bertrand, Lisboa/Paris. 1924.
- CARDOSO, F.H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2. ed. DIFEL, São Paulo. 1972.
- CIRG. **Perfil da indústria pesqueira do Rio Grande**. R.Grande, 1980.
- CHAO, L.N. *et al.* Relação Preliminar dos Peixes Estuarinos e Marinheiros da Lagoa dos Patos e Região Costeira Adjacente, Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, v. 5, 67/75. 1982.
- COPSTEIN, R. O trabalho estrangeiro no Município do Rio Grande. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 4. AGB-Porto Alegre. 1975.
- DIEGUES, A.C.S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. *Industralização de pescado no ...*

DOMINGUES, M.V. **SuperPorto do Rio Grande: plano e realidade- elementos para uma discussão.** Rio Janeiro: UFRJ, 1995 (dissertação de mestrado em Geografia).

FAO. **El estado mundial de la pesca y de la acuicultura.** Roma. 1995

FORTES, B.. **O Brig. José da Silva Paes e a Fundação do R.Grande.** Euros, Porto Alegre. 1980.

GROS, D.B. **Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional-1964/78.** Porto Alegre, FEE. 1990.

MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 3, v.27, 389-481. 1965.

MA/SUDEPE. **Diagnóstico do setor pesqueiro do Rio Grande do Sul.** Rio Grande. 1988.

MARTINS, C. **Indústria de pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado.** Florianópolis: CFH, 2006 (tese de doutorado em Geografia).

MARTINS, C. **Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal em Rio Grande.** São Paulo: USP, 1997 (dissertação de mestrado em Geografia Humana).

MARTINS, S.F. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade.** Rio Grande, Ed. FURG. 2007.

MARTINS, S.F. e OLIVEIRA, M. Friches Industrielles: vazios urbanos na cidade do Rio Grande-RS , Brasil. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos.** AGB-Porto Alegre, 2008.

MIRCO, C.H. **Textos para o Estudo da História do Município do Rio Grande, XVII-XVIII.** Ed. FURG, Rio Grande. 1987.

- MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. *Industralização de pescado no ...*
- NIENCHESKI, F. *et al.* Contaminação das águas ao redor da cidade do Rio Grande: óleos e fenóis. **Ciência e Cultura**, v. 33 (2), 1980.
- OLIVEIRA, C.A. Imagens de um bairro afamado: Rio Grande (1945-1975). **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbana**, n. 4, 40-65. 2010.
- PAIVA, M. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza: EDUFC, 1997.
- RANGEL, I. Características e Perspectivas da Integração das Economias Regionais. **Revista do BNDE**, 5(2), julho-dezembro, 43-71. 1968.
- SALVATORI, E.. *et al.* Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 51, 1989, p. 27-72.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SILVA, C. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis, EDUFSC. 1992.
- SILVA, R.. **Reino Animal. In: O Brasil- suas riquezas naturais, suas industrias**. v. 1. Rio de Janeiro: M Orosco, 345-428. 1907.
- SILVA, R. A pesca no Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio Janeiro: CNG/IBGE, ano II, n. 20, 1944, p. 1169/1171.
- SOEIRO DE BRITO, R. Agricultores e pescadores portugueses no Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico**, nº 165, 724-749. 1961.
- SODRÉ, N.W. **História da burguesia brasileira**. R. Janeiro, Civilização Brasileira. 1964.
- VARELA, A. **Rio Grande do Sul- descrição física, histórica e econômica**. Pelotas, Livraria Universal. 1897.

MARTINS, C.A.A. & RENNER, M.A.G. Industrialização de pescado no ...

---

YESAKI, M. e BEGER, K. **Histórico da evolução da pesca industrial no Rio Grande**. Brasília, SUDEPE/PDP. 1975.

WYSE, R. **A atividade industrial no município de São José do Norte**. Rio Grande: FURG, 2000 (trabalho de graduação em Geografia).

Recebido em junho de 2014  
Aceito em setembro de 2014